



PARECER CONCLUSIVO

ÓRGÃO CONVENIENTE: Secretaria de Estado da Educação – Diretoria de Ensino Região de Guaratinguetá

ÓRGÃO CONVENIADO: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CACHOEIRA PAULISTA.

PROCESSO: 03538/17

COLABORAÇÃO: N.º 06770/16.

OBJETO: Prestação de Contas com a Organização da Sociedade Civil – OSC, visando promover atendimento de educandos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

PERÍODO: 01/01/2017 a 31/12/2017.

A presente Prestação de Contas referente ao Exercício de 2017, dos recursos repassados à APAE – CACHOEIRA PAULISTA, em conformidade com o Termo de Colaboração assinado em 30/12/2016, cujos dados vão abaixo discriminados, foi analisada e considerada PARCIALMENTE REGULAR por este Núcleo de Finanças, conforme prescrito no artigo 189 da Res nº 04/2016 - Instruções nº 02/2016.

I – a localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária, com indicação do respectivo artigo do estatuto social;

- CUMPRIDA.

II – relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como, os rendimentos financeiros auferidos;

- 2017NE00197 – 15/03/2017 – R\$ 77.000,00 – 005003002.
- 2017NE00197 – 19/06/2017 – R\$ 77.000,00 – 005003002.
- 2017NE00446 – 15/09/2017 – R\$ 77.000,00 – 005003002.
- R\$ 0,00 – conforme demonstram os extratos bancários.

III – datas das respectivas prestações de contas, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

- 1º Período: Prestação de contas entregue na data de 31/05/2017.
- 2º Período: Prestação de contas entregue na data de 31/08/2017.
- 3º Período: Prestação de contas entregue na data de 30/01/2018 – sob análise do Núcleo de Finanças.

IV – os valores aplicados no objeto do repasse, demonstrando inclusive eventuais glosas;

- R\$ 235.838,28 – valor total aplicado, sendo:
- R\$ 231.000,00 com recursos do termo, e R\$ 4.838,28 com recursos próprios.

V – a devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para utilização em exercício subsequente;

- R\$ 651,89 referente a gastos de tarifas bancárias.
- E o Termo de Colaboração não autoriza a utilização de eventuais saldos em exercícios subsequentes.

VI – se as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando análise quantitativa e qualitativa do cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas;

- PARCIALMENTE CUMPRIDA, tendo em vista que ainda não foi finalizada a análise do 3º Período.

VII – o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

- PARCIALMENTE CUMPRIDA, tendo em vista que ainda não foi finalizada a análise do 3º Período.

VIII – a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelo órgão conessor;

- PARCIALMENTE CUMPRIDA, tendo em vista que ainda não foi finalizada a análise do 3º Período.

IX – a conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações;

- NÃO SE APLICA.

X – que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem;

- PARCIALMENTE CUMPRIDA, tendo em vista que ainda não foi finalizada a análise do 3º Período.

XI – a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;

- PARCIALMENTE CUMPRIDA, tendo em vista que ainda não foi finalizada a análise do 3º Período.

XII – o atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

- PARCIALMENTE CUMPRIDA, tendo em vista que ainda não foi finalizada a análise do 3º Período.

XIII – a existência e o funcionamento regular do Controle Interno do Órgão Público Concessor com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis.

- O Controle Interno da Diretoria de Ensino - Região de Guaratinguetá é o Centro de Controle e Avaliação – CRCA-2, de Taubaté. Não há um servidor responsável, visto que tal atribuição não é contemplada no Decreto 57.141/2011.

Guaratinguetá, 24 de setembro de 2018.


Fátima Sueli de Oliveira Cardoso
Diretor 1 – NFI-GTG

De acordo,


Wilson de Tarso Gonçalves Araujo
Dirigente Regional de Ensino

Responsável pela conferência: Fabiana Ferraz Paraguay – NFI/GTG.